Gazeta Mercantil

19/5 e 21/5/1984

Guariba: a explosão dos descrentes e desapontados

Wilson Cano (*)

Antigamente, o saque urbano era fenômeno basicamente restrito a populações rurais nordestinas, durante as secas mais prolongadas. Decorria da miséria em que ainda vive aquela população, da sua impotência diante da natureza e de governos insensíveis e incapazes de minorar seu sofrimento.

Contudo, estes cinco anos de autoritarismo foram capazes de estender especialmente a insatisfação, o desespero e a revolta. Depredações urbanas, saques, invasões, linchamentos e outras manifestações correlatas têm um denominador comum: a descrença na ordem e na justiça social pela maior parte da população do País.

Desempregados, assaltados, torturados, famintos, sem terra, enfim, com escassa esperança na solução pacífica de seus problemas. Eis o caldo grosso e assustador produzido, entre outros, pelo arrocho salarial, pela pérfida e antinacional política econômica, pela inércia e incompetência no trato das questões agrícola e agrária, pela especulativa, expropriativa e neurotizante política habitacional, etc.

Novembro de 1982 trouxe uma luz a essa treva. Trouxe a esperança. Não apenas a de redemocratizar o País. A vitória das oposições em várias estados e municípios criou a expectativa da certeza de que o quadro mudaria.

Afinal, "é preciso mudar"; "participação e descentralização"; "é preciso repor o caráter público à feição privada dos serviços públicos"; "distribuição de terras públicas aos sem terra". Essas foram bandeiras fortemente agitadas pelas oposições e calorosamente aplaudidas pelo angustiado e ainda esperançoso povo.

Este cumpriu sua parte, votou e passou a reivindicar, agora, em audiências atenciosas e democráticas, o que reforçava ainda mais sua esperança.

Contudo, àquelas promissoras bandeiras foram gradativamente sendo recolhidas ou perdendo seu antigo vigor pela inexperiência de quem não tinha acesso a governos; pela icterícia política de alguns políticos e governantes, pelo sentimento corporativista de amplas camadas burocráticas do Estado: pela inércia de muitos.

Em última instância, decorrer também do confronto entre a dura realidade das finanças públicas estaduais e municipais e a prepotente centralização federal.

Ainda assim, contudo, a imaginação política poderia e deveria tentar pôr em prática algumas idéias antes colocadas nas propostas de governo. Foram poucos os que efetivamente tentaram isso.

A barreira das finanças públicas favoreceu sobretudo a manutenção de antigas posturas autoritárias, de negligência, de falta de participação, de inércia na solução de graves e urgentes problemas. Em suma, perante o povo, a mudança foi pouca!

Os principais exemplos de tais posturas podem ser resumidos no seguinte: na vacilante, confusa e discricionária política salarial dos Estados; na manutenção de uma feição privada aos chamados serviços públicos; no aumento de impostos e taxas sem maior discussão com o

povo; ao "engavetamento" puro e simples de uma política habitacional para o trabalhador rural; na morosidade e no esvaziamento da política fundiária do Estado.

O desapontamento e a descrença vieram rapidamente. Os diagnósticos sobre os episódios de rebeldia enfatizavam mais a "presença de agitadores" do que as causas efetivas. Em algumas situações, a solução prevalecente foi a repressão jurídica ou policial, "branda", em muitos casos.

A explosão da rebeldia de cerca de 5 mil "bóias-frias" na cidade de Guariba (em 15/5/84) é apenas mais um exemplo dessa descrença. Sua questão central foi a reclamação contra a imposição, por parte dos usineiros do açúcar e álcool, do sistema de corte de cana em sete ruas, substituindo o anterior de cinco.

Essa questão, a pedido dos sindicatos rurais, já havia sido examinada em meados do ano passado pela Secretaria da Agricultura, que condenou o novo sistema. Contudo, veio a safra, e a condenação simplesmente foi "engavetada" em outras esferas de governo.

A depredação e o saque nada mais representam que a explosão por parte de um amplo segmento social diariamente pressionado são apenas por suas condições de trabalho mas também pelas violentas alterações dos preços públicos e privados, pela falta de atenção que merece, pela ausência, enfim, de uma efetiva participação democrática.

Antes tarde do que nunca, a firme ação mediadora do governo do estado e a volta atrás dos usineiros puderam encerrar (17.05.84) o conflito de Guariba. O triste a lamentar é que, para isso, se esperou a explosão, infelizmente acompanhada de sangue. Até onde vamos suportar novas guaribas?

(*) Wilson Cano é professor titular da Unicamp

(Página 4)